

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Distribuidoras racionam entrega de diesel aos postos.....	2
Título: Gás mais barato deve elevar investimento.....	3
Título: Destaques	5
Título: Anglo firma contrato de 20 anos em energia eólica.....	6
Título: Casa dos Ventos busca grandes clientes corporativos	7
Título: Regras da ‘Conta Covid’ trazem insegurança, dizem distribuidoras.....	8
Título: Engie lucra menos, mas vê resiliência dos negócios.....	10
Título: Braskem inicia produção em nova unidade nos EUA no 3º tri	11
Título: Brasil tem espaço na produção de baterias.....	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: É preciso manter o ambiente favorável à produção de etanol	14
Título: » Zero.	16
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	16
Título: Redução no preço do gás puxa investimentos de até US\$ 31 bi	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/06/2020****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Distribuidoras racionam entrega de diesel aos postos**

Distribuidoras de combustíveis têm feito nos últimos dias uma espécie de racionamento de diesel, em suas bases, diante de problemas na compra do biodiesel que é misturado ao derivado fóssil, disseram três fontes do setor. O problema no suprimento já tem afetado postos em diferentes Estados.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) informou que não tem conhecimento sobre desabastecimento de diesel no mercado até o momento. O **Valor** apurou junto a distribuidoras que o caso, por ora, não é generalizado, mas que a situação vem se agravando nos últimos dias e deve continuar crítica até o início de julho. Há relatos de racionamento na entrega do derivado em bases do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Distrito Federal, mesmo tendo a ANP reduzido temporariamente, por uma semana, os percentuais obrigatórios de mistura do biodiesel no diesel, de 12% para 10%. O Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Espírito Santo confirmou, por exemplo, que postos têm recebido apenas parte das encomendas feitas e há casos pontuais de desabastecimento.

As distribuidoras compram o biodiesel por meio de pregões bimestrais. Nessas licitações, são contratados os volumes necessários para 60 dias. Em abril, em meio ao momento mais crítico da queda da demanda por combustíveis no mercado, provocada pelas medidas de isolamento social, houve uma mudança no funcionamento do leilão que ajuda a explicar, em parte, o problema atual

Em meio às incertezas sobre o comportamento da demanda em maio e junho, o 72º leilão de biodiesel foi suspenso. A ANP retomou a licitação ainda em abril, mas, antes disso, mudou as regras da licitação para reduzir, de 95% para 80%, o percentual de biodiesel que as empresas são obrigadas a retirar daquilo que foi contratado, sob pena de multa. Os compromissos valem tanto para distribuidoras quanto produtores.

Segundo duas fontes do setor de distribuição, os produtores de biodiesel se aproveitaram da flexibilização dos percentuais de retirada mínima para entregar menos do que o contratado e, assim, produzir mais óleo de soja - cujos preços subiram no mercado. Acontece que a demanda não se comportou como o esperado. Os volumes de venda de diesel se recuperaram rápido e voltaram este mês aos patamares pré-crise, estressando o suprimento do biocombustível.

As distribuidoras pedem à ANP a extensão do prazo da redução temporária dos percentuais de mistura do biodiesel no diesel, que venceu no início da semana. O setor também alega que parte dos produtores de biodiesel especulou com a flexibilização das regras do leilão e preferiu segurar parte da oferta contratada, para tentar se aproveitar de melhores preços num eventual leilão extraordinário para suprir emergencialmente o mercado - como se confirmou. Os produtores defendem que as distribuidoras subdimensionaram a demanda, em abril.

A BR Distribuidora informou que reforçou sua logística e que não há, até o momento, nenhum cliente desabastecido. A companhia reconhece, porém, que a oferta de biodiesel está “realmente bem estressada” e que vem monitorando e mantendo contato com a ANP. Ipiranga e Raízen não comentaram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2020

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Gás mais barato deve elevar investimento

A redução do custo do gás natural pela metade nos próximos anos pode elevar o investimento anual de setores da indústria brasileira, que utilizam o insumo, do patamar de US\$ 10 bilhões, em 2019, para US\$ 31 bilhões, em 2030. O estudo “Impactos Econômicos da Competitividade do Gás Natural”, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), indica que o aumento de investimento viria da alta do faturamento, em cerca de 40%, que será alcançada a partir da redução do custo do gás natural.

A queda de preço foi prometida pelo governo com o aumento da produção nos campos do pré-sal e maior competição entre os fornecedores. Se o preço for mantido no patamar atual, o investimento para o mesmo período ficaria em US\$ 16 bilhões, conforme indicou o levantamento da CNI. O aumento de oferta e a abertura do mercado de gás natural, com a ampliação dos pontos de entrega no país, reduziria o preço de US\$ 14 para US\$ 7 por milhão de BTU (unidade de poder calorífico).

O alto custo do gás natural no Brasil é apontado como uma das razões da perda significativa da competitividade da indústria nacional. A especialista em energia da CNI, Juliana Falcão, destaca que nem a alta carga tributária do país, apontada como uma grande vilã pelo segmento empresarial, afeta tanto as indústrias química, de cerâmica, vidros, alumínio, fertilizantes e siderúrgicas quanto o alto preço do gás natural.

O estudo demonstra ainda que o barateamento do gás, além de impulsionar investimentos, converteria o atual déficit da balança comercial dos produtos desse segmento no superávit de US\$ 41,6 bilhões em 2030. Mas a manutenção do preço no patamar de US\$ 14 por milhão de BTU levaria o setor a amargar o saldo negativo de US\$ 47,8 bilhões no mesmo período.

A promessa de corte expressivo no custo do gás natural pela indústria partiu do ministro da Economia, Paulo Guedes, como estratégia para promover a reindustrialização do país. Logo no início do mandato de Jair Bolsonaro, o ministro falou em dar um “choque” de energia barata na economia.

Desde o anúncio do ministro da Economia, o governo remodelou a estratégia de abertura do mercado definida na gestão de Michel Temer e deu o nome de Novo Mercado de Gás. E viabilizou também a assinatura do acordo entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e Petrobras, para abrir caminho para a chegada de novos competidores no transporte de gás com um plano de venda de parte da malha de gasodutos da estatal para grupos privados.

Nem todas as medidas de estímulo à competição no mercado dependem do governo federal. A abertura dependerá de mudanças nas leis estaduais, aplicadas às distribuidoras de gás, e na legislação federal, ao incorporar práticas já adotadas em outros países.

A principal aposta para modernizar as regras do jogo é o Projeto de Lei 6.407/13, que está parado na Câmara. O PL define regras para acesso de terceiros à infraestrutura de dutos, às unidades de processamento e aos terminais de gás natural liquefeito (GNL). O projeto ainda cria mecanismos para desconcentrar o mercado e institui o regime de autorização para expandir a malha de gasodutos do país.

Juliana ressalta que o gás natural, além de ser importante para competitividade da indústria de produtos básicos, é o combustível de transição para economia de baixo carbono. A especialista da CNI destaca que o estudo traz uma abordagem inédita sobre o potencial de substituição de combustíveis mais caros ou poluentes, como carvão e óleo diesel, pelo gás.

A diretora da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fátima Giovanna Ferreira, informou que o setor atingiu o nível de 61% de utilização da capacidade instalada em maio. Segundo ela, a média registrada nos primeiros cinco meses do ano foi de 69% de utilização do parque produtivo. O uso da capacidade ociosa seria a primeira etapa de retomada dos investimentos, seguido da instalação de plantas adicionais e eventual chegada de novos players.

Fátima faz ponderações sobre a dimensão dos efeitos de corte do preço do gás pela metade. “Esse recuo talvez não seja suficiente para atrair novos projetos. O preço do gás caiu muito no mercado internacional, elevando a distância entre o nosso preço e aquele que é pago pelos nossos concorrentes”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Refinaria da Petrobras

A Petrobras informou que o recebimento de propostas vinculantes do projeto de desinvestimento da refinaria Landulpho Alves (RLAM) na Bahia, está marcado para hoje. A agência de notícias “Reuters” informou ontem que a empresa receberia ofertas vinculantes para a segunda maior refinaria do Brasil amanhã. A potencial venda dá largada a planos da estatal de se desfazer de mais de US\$ 10 bilhões em ativos.

Usiminas Mecânica

O conselho de administração da Usiminas aprovou ontem a proposta da diretoria de reestruturar as operações da subsidiária Usiminas Mecânica, mantendo apenas as atividades relacionadas à prestação de serviços para a Usiminas e controladas. Segundo a companhia, a reestruturação decorre do fato de a Usiminas Mecânica ter apresentado queda na geração de caixa nos últimos cinco anos, com queda nos resultados nos segmentos de montagem industrial e manufatura.

Minério de ferro sobe 2,7%

Os preços do minério de ferro voltaram a subir com força no mercado transoceânico ontem, na véspera de mais um feriado prolongado na China. A atividade comercial aquecida nos portos chineses e os níveis baixos dos estoques de minério importado deram impulso à cotação. De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com 62% de pureza negociado no porto de Qingdao ganhou 2,7%, para US\$ 103,34 a tonelada. Com isso, a matéria-prima do aço caminha para encerrar o mês em terreno levemente positivo, com valorização acumulada de 0,9% até ontem. A China

celebra por três dias, a partir de hoje, o “Dragon Boat Festival”, um dos principais feriados nacionais.

Aço mais caro

A Gerdau e a Usiminas anunciaram reajustes nos preços da tonelada do aço para julho. Segundo fontes do setor, Gerdau informou que o aumento será de 9,5% a partir do dia 3 de julho. Já a Usiminas, decidiu imprimir o reajuste já no primeiro dia do próximo mês. A empresa anunciou aumento de 10% a 12%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Anglo firma contrato de 20 anos em energia eólica

Seguindo sua estratégia de lastrear sua matriz energética com energia renovável, a subsidiária brasileira da multinacional de mineração e metais Anglo American acaba de firmar um acordo com a Casa dos Ventos, empresa dedicada a esse segmento de geração elétrica. O contrato, cujo valor não é revelado, tem vigência de 20 anos para fornecimento de energia eólica do complexo Rio do Vento, no Rio Grande do Norte.

Com a operação, a empresa adquire 195 megawatts (95 MW de energia firme) - cerca de 30% do que consome no em suas operações de minério de ferro e níquel. No início do ano, fechou contratos com a Atlas, em Minas Gerais, e a AES Tietê, na Bahia, somando 140 MW médios. A demanda total de energia da mineradora no país é de 340 MW médios.

O projeto Rio do Vento, cujas obras civis começaram há dois meses, terá oito parques eólicos com potência total de 504 MW. Está localizado em quatro municípios no interior do estado, a 80 quilômetros de Natal - Caiçara do Rio do Vento, Riachuelo, Ruy Barbosa e Bento Fernandes. O vento dessa região é considerado um dos mais firmes e homogêneos, com rendimento de 60%.

A Anglo negociou também a opção de se tornar sócia minoritária nas três Sociedades de Propósito Específico (SPE) que vão operar os três parques que vão gerar a energia do contrato. Com isso, a mineradora se tornará a primeira unidade do grupo Anglo American no mundo a ser autoprodutora de energia. A vantagem é que passa a ter redução em encargos existentes nas transações de energia. A opção pode ser exercida quando o empreendimento estiver pronto e os aerogeradores entrarem em operação: fim de 2021.

A Casa dos Ventos vai investir R\$ 2,4 bilhões no complexo Rio do Vento. Com o contrato da Anglo e os de outras empresas, levanta financiamentos no BNDES e BNB para o empreendimento.

“O objetivo, com este contrato e outros já firmados, é ter uma grade de energia renovável para nossos negócios no Brasil, disse ao **Valor** o presidente da Anglo American no Brasil, Wilfred Bruijn, nascido na Holanda e no país desde 1970. A meta, diz, é 100% de fontes renováveis até 2022.

Segundo o executivo, o objetivo é ser uma empresa cada vez mais com atuação sustentável. Apenas esse contrato permitirá reduzir 430 mil toneladas de gás carbônico ao ano. “A meta do grupo é atingir 30% de redução até 2030”, diz Bruijn, dentro do plano de mineração sustentável da companhia, sediada em Londres.

O custo da energia adquirida será competitivo para suas operações, diz o executivo, lembrando que na produção de níquel o peso é de 30% do custo total, enquanto no minério de ferro fica em 20%.

A metalurgia de níquel em Goiás - em Barro Alto e Niquelândia - absorve dois terços do consumo. O negócio de minério Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro (MG), mineroduto e porto do Açú (RJ), fica com 120 MW.

Com cerca de 6,5 mil empregados no país, a Anglo American prevê produzir este ano entre 22 milhões e 24 milhões de toneladas de minério de ferro tipo pellet-feed, que são exportadas para Europa, Oriente Médio e Ásia - a China fica com 40% do total. Para o ferro-níquel, o plano é de 42 mil a 44 mil toneladas, em linha com o volume obtido no ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Casa dos Ventos busca grandes clientes corporativos

O acordo com a Anglo American, que acaba de ser fechado, de venda de uma grande fatia de energia do complexo eólico Rio do Vento, foi importante na estratégia da Casa dos Ventos, empresa desenvolvedora e operadora de projetos eólicos no país, disse ao **Valor** o diretor de novos negócios da empresa, Lucas Araripe.

O modelo adotado em quatro empreendimentos, é de vender a energia para grandes consumidores corporativos - indústria de capital intensivo, como a Vale e a Anglo American, e de outros ramos, como Azaleia Vulcabrás e a Tivit, de

tecnologia. São contratos de longo prazo, 20 anos. Além da aquisição, essas companhias têm a opção de adquirir uma fatia societárias das Sociedades de Propósito Específico dos parques, tornando-se autogeradores.

Segundo Araripe, o contrato com a Anglo é o maior PPA (Power Purchase Agreement) corporativo de energia renovável do Brasil. Com outros dois que a mineradora já tinha firmado desde janeiro, ela se tornou a segunda companhia em compra de bloco desse tipo de energia no mundo em 2020, ficando atrás apenas da Amazon.

De acordo com Araripe, há esse movimento de compra de energia renovável por grandes empresas diretamente das fontes “É uma tendência que verificamos e, por trás dela, tem dois motivos. Primeiro, o econômico: eólica e solar se tornaram fontes de energia muito competitivas em custos. O ganho financeiro se justifica”, afirma o empresário. O outro ponto é o lado da sustentabilidade, a “agenda verde” das empresas, dentro de seus programas de redução de gás carbônico.

Rio do Vento, em duas fases, é o grande empreendimento em execução pela Casa dos Ventos, num total de 1,5 GW. O primeiro foi Folha Larga Sul, do ano passado, negociado com a Vale. Localizado em Campo Formoso, na Bahia, terá potência instalada de 151 MW, com investimento de R\$ 750 milhões e começa a operar este ano.

Segundo Araripe, no momento a empresa já trabalha a duplicação de Rio do Vento, com mais R\$ 2,4 bilhões de investimentos. “A linha de transmissão que está sendo erguida serve para todo o Rio do Vento e já estamos conversando com outros grupos que seriam os compradores dessa energia”. O quarto projeto, denominado Babilônia, está sendo desenvolvido também na Bahia, com potência de 350 MW e operação em 2023.

Os desembolsos, disse, são 30% de capital próprio e 70% de financiamentos de longo prazo pelo BNDES e Banco do Nordeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Regras da ‘Conta Covid’ trazem insegurança, dizem distribuidoras

Para o presidente da Abradee, condições aprovadas nesta semana podem comprometer o interesse das empresas em aderir ao empréstimo

As distribuidoras de energia não ficaram satisfeitas com o desfecho da regulamentação da “Conta Covid”, empréstimo de até R\$ 16,1 bilhões ao setor elétrico que está sendo negociado pelo BNDES junto a bancos públicos e privados. A avaliação é de que as condições para aderir à operação não trazem segurança às empresas, que acabaram não sendo atendidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em pontos relacionados ao eventual reequilíbrio econômico-financeiro devido à pandemia.

“Temos muito a avançar, não ficou resolvido o problema. A 'Conta Covid' viabiliza recursos para que se mantenham os pagamentos dentro da cadeia do setor elétrico, sem dúvidas isso é importante, mas entendemos que o assunto não está equacionado”, afirmou ao **Valor** Marco Madureira, presidente da Abradee (associação das distribuidoras).

A Aneel aprovou na terça-feira a regulamentação do empréstimo ao setor elétrico, com um valor-teto de R\$ 16,1 bilhões. O financiamento é direcionado às distribuidoras, que são a “porta de entrada” de recursos no setor, e foi desenhado para garantir não só a liquidez de toda a cadeia, mas também um “amortecimento” tarifário aos consumidores.

A diretoria da Aneel decidiu que o tema do reequilíbrio econômico-financeiro das empresas será tratado numa segunda fase de consulta pública, a ser instaurada em até 60 dias. A agência não acatou o pedido das distribuidoras para que fosse incluída, na regulamentação, uma menção à possibilidade de registro contábil “antecipado” de ativos financeiros relativos a efeitos econômicos provocados pela pandemia. Tendo em vista os impactos da crise no Ebitda das distribuidoras, esse ponto era enxergado como relevante até para protegê-las de uma eventual quebra de cláusulas restritivas de contratos de financiamento.

Para Madureira, as condições aprovadas podem comprometer o interesse de algumas empresas em aderir ao empréstimo. “Agora cada empresa tem que avaliar [sua adesão]. É uma solução que dá conforto aos demais segmentos, mas não traz segurança à distribuição. Ela [empresa] colocará seus ativos para dar suporte à operação, e terá de abrir mão de algumas possibilidades de gestão financeira, como distribuição de dividendos, sem ainda nem conhecer claramente as regras do financiamento.”

As distribuidoras têm sido diretamente afetadas pela crise através da redução da demanda e do aumento da inadimplência. Diante desse cenário, a Abradee

defende que os efeitos econômicos da pandemia às empresas devem ser endereçados o mais rápido possível, e não vê como adequado o prazo estabelecido para a “segunda fase” desse processo. “O risco de mercado da distribuição tem limite, e esse limite são as condições normais de funcionamento do mercado. O que vivemos agora é excepcional”, argumenta Madureira.

De acordo com o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, há uma “boa demanda” de bancos interessados em participar da “Conta Covid”. Em seminário online, ele afirmou que as condições finais do financiamento devem ser conhecidas até a próxima quarta-feira. **(Colaboraram André Ramalho e Juliana Schincariol, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Engie lucra menos, mas vê resiliência dos negócios

Maior geradora privada do país, a Engie Brasil Energia (EBE) divulgou ontem lucro líquido de R\$ 512 milhões referente ao primeiro trimestre, cifra 9,5% inferior à de igual período de 2019. Na mesma comparação, a receita líquida cresceu 10,9%, para R\$ 2,59 bilhões, enquanto o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 9,9%, totalizando R\$ 1,33 bilhão.

Segundo o diretor-presidente da EBE, Eduardo Sattamini, os números refletiram o crescimento consistente dos negócios da companhia, com elevação do volume de energia vendida, preço médio líquido de vendas e das operações de trading. Além disso, os resultados foram potencializados pela participação acionária na Transportadora Associada de Gás (TAG), adquirida da Petrobras no ano passado. No trimestre, a TAG contribuiu com R\$ 103 milhões ao Ebitda da EBE.

“Não tivemos esse mesmo desempenho no resultado líquido devido a maiores despesas financeiras e custos com depreciação. Além disso, a usina termelétrica de Pampa Sul está iniciando as atividades, ainda sujeita a ajustes até atingir a normalidade operacional”, afirmou ao **Valor**.

Os números não mostram os efeitos da crise gerada pela pandemia da covid-19, mas, mesmo para o segundo trimestre, a expectativa é de que não haja deterioração das contas. “Não vejo impacto significativo, até pela resiliência dos nossos negócios”, avalia o diretor-presidente da EBE.

De acordo com Sattamini, as dificuldades trazidas pela pandemia têm sido sentidas principalmente nos projetos em construção, como o conjunto eólico Campo Largo, na Bahia. Apesar disso, qualquer atraso agora é visto como “recuperável” num segundo momento.

A companhia relata que não tem sofrido problemas nos contratos do mercado regulado. “O único risco é o da liquidez imediata das distribuidoras, que está sendo tratado”, diz o executivo, se referindo ao empréstimo emergencial ao setor elétrico. Para ele, a chamada “Conta Covid” demorou para ser implementada, o que trouxe preocupação. “Tem sido um pouco lento o processo, agora vai depender da agilidade das empresas e da CCEE de colocar isso em ação”, disse.

Já no mercado livre de energia, alguns clientes têm acionado as cláusulas de flexibilidade dos contratos para reduzir o consumo, o que deve gerar alguma frustração de receita. Porém, Sattamini aponta que a diversificação da carteira de clientes tem ajudado a mitigar esse risco.

Em relação a oportunidades de M&A, o executivo afirma que o processo de venda de usinas a carvão não foi paralisado. “Continuamos conversando com os agentes e sentimos o mesmo interesse de antes. Também estão aparecendo algumas oportunidades de aquisição que podem ser interessantes para o crescimento da companhia”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Braskem inicia produção em nova unidade nos EUA no 3º tri

Os testes iniciais começam a ser executados em julho

Com a conclusão da construção da nova fábrica nos Estados Unidos, anunciada ontem, a Braskem prevê iniciar a produção comercial em larga escala de polipropileno (PP) na unidade ao longo do terceiro trimestre. Os testes iniciais começam a ser executados no mês que vem, indicando que os primeiros volumes de resina chegarão ao mercado americano em um bom momento em termos de demanda e de spreads.

A nova fábrica de polipropileno foi erguida em La Porte, no Texas, onde a petroquímica brasileira já tinha operações, mediante investimento de US\$ 675 milhões. A capacidade de produção de mais de 450 mil toneladas por ano se soma à das outras cinco unidades da companhia nos Estados Unidos, que podem produzir mais de 1,5 milhão de toneladas anuais.

Em nota, o presidente da Braskem América, Mark Nikolich, afirmou que a produção inicial será direcionada para o mercado interno, em substituição aos volumes de resina que são importados para atender ao déficit de polipropileno nos Estados Unidos. A partir da unidade, também haverá exportação para clientes da petroquímica em outros países da América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia.

A Braskem já iniciou o comissionamento da unidade, com adoção de medidas de segurança adicionais por causa da pandemia de covid-19. Nessa fase, são realizados os testes funcionais e de processo, com checagem dos controles e sistemas de segurança. Com isso, os testes de produção devem ser iniciados no próximo mês, com a primeira produção comercial completa em larga escala ainda no terceiro trimestre.

De acordo com o vice-presidente de PP da companhia na América do Norte, Alexandre Elias, a covid-19 afetou as vendas da resina na região em abril e maio para o segmento de bens duráveis, especialmente o automotivo. Esse efeito negativo foi parcialmente compensado pelas vendas para clientes de não tecidos e embalagens.

“Em junho, a demanda se recuperou e a expectativa da Braskem para o mercado americano de PP no terceiro trimestre é positiva”, diz o executivo, no comunicado, acrescentando que a combinação de demanda aquecida, paradas programadas para o terceiro trimestre e oportunidades de exportação devem garantir a entrada em operação da nova unidade sem sobressaltos no mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Assis Moreira — De Genebra

Título: Brasil tem espaço na produção de baterias

A demanda por matérias-primas usadas para produção de baterias para carros elétricos deve aumentar rapidamente, e o Brasil é um dos produtores como potencial de ganhos, aponta a Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad).

Poucos países dominam a produção de commodities estratégicas para a produção dessas baterias recarregáveis: cobalto é sobretudo produzido na República democrática do Congo; lítio na Austrália e Chile; grafite na China e Brasil; manganês na África do Sul, Austrália e também Brasil.

As vendas de carros elétricos subiram 65% em 2018, somando 5,1 milhões de unidades. A expectativa é de atingir 23 milhões em 2030, segundo a Agência Internacional de Energia.

Para a Unctad, as baterias recarregáveis terão papel importante na transição global para uma economia com menos carbono e para ajudar a mitigar emissões de gases de efeito estufa. Exemplifica que o mercado global para bateria de íon de lítio, a bateria de carro recarregável mais comum, foi estimado em US\$ 7 bilhões em 2018 e pode atingir US\$ 58 bilhões até 2024.

A alta da demanda de materiais estratégicos abrirá oportunidades de negócios, mas é importante que os países produtores desenvolvam a capacidade para aumentar a cadeia de valor, diz a Unctad.

O Brasil detém, por exemplo, 24% das reservas de grafite, mas apenas 10% da produção mundial e 6% das exportações. Em comparação, a China, com 25% de reservas, exporta 64% do total mundial.

No caso de manganês, o Brasil tem 15% das reservas, só atrás de África do Sul e Ucrânia, mas a produção fica em 7%. O país tem também importantes reservas de lítio.

Economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) estimam que veículos elétricos devem ter preços de vendas menores do que os carros usando combustível fóssil por volta de 2025. Isso em razão também de declínios mais que esperados no preço de baterias.

Pelo menos 23 países desenvolvidos e emergentes, a começar pela China, fornecem hoje subsídios para aquisição de carros elétricos, o que torna os veículos competitivos. A montadora americana Tesla tem valor de mercado de US\$ 185 bilhões, excedendo o valor de montadoras com volumes muito maiores de produção. A fabricante chinesa de carros elétricos BYD também é altamente valorizada em US\$ 21 bilhões.

A valorização da Tesla sugere que investidores estão confiantes de que o baixo preço do petróleo não vai descarrilar a mudança de interesse para carros elétricos, apontam economistas do FMI.

Unctad mostra que a produção concentrada de commodities usadas para as baterias trás preocupações sobre a segurança do abastecimento. Disrupções na oferta podem elevar rapidamente os preços e aumentar custos das baterias.

Para a agência da ONU, em todo caso, na medida em que o petróleo como fonte de energia recua, os esforços para diminuir emissões de gases devem estimular mais investimentos em produção de energia verde, podendo chegar a US\$ 600 bilhões por ano, em média.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/06/2020

Seção: Espaço Aberto

Autor: Mailson da Nóbrega

Título: É preciso manter o ambiente favorável à produção de etanol

Há 45 anos o etanol tornou-se estratégico na política energética: é alternativa aos derivados de petróleo e contribui para a melhoria ambiental. Desde então empresários se engajaram no Programa Nacional do Álcool (Proálcool), confiantes na diretriz governamental e na estabilidade das regras, que inicialmente estabeleceram paridade inferior a 60% entre o preço do etanol e o da gasolina. Em 1975, o Brasil produzia 500 milhões de litros anuais de etanol. Hoje, são 35 bilhões de litros. O Proálcool é, portanto, um esplêndido sucesso.

Mesmo assim, o setor passou por crises, a maioria por erros do governo, e não necessariamente por má gestão das empresas. Foi o caso da interferência do governo Dilma Rousseff nos preços da gasolina. Para controlar artificialmente a inflação impôs-se o seu congelamento por mais de cinco anos. Isso não só causou prejuízos de centenas de bilhões de reais à Petrobrás, como quase exterminou a indústria do etanol e seus mais de 2 milhões empregos diretos e indiretos.

O setor vive agora semelhante risco de um futuro sombrio. De um lado, sofre o efeito baixista do impacto da covid-19 no mercado de petróleo e da significativa redução da demanda. De outro, falta clareza na política de preços da Petrobrás, em oposição à norma seguida desde 2016 pela qual havia reajuste periódico da gasolina com base nos preços internacionais e na taxa de câmbio, sem pressões do governo.

Em tais situações, o mecanismo para preservar objetivos estratégicos é a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Ela tem sido adotada sempre que a sobrevivência do etanol é ameaçada por condições excepcionais de mercado. Por motivos insondáveis, todavia, o governo recusa-se a considerar essa hipótese.

Afora essa grave recusa, o reajuste do preço da gasolina pela Petrobrás tornou gravosa a venda do etanol às distribuidoras de combustíveis. Assim, com seu poder de mercado, a Petrobrás pode afetar negativamente toda a cadeia

produtiva de combustíveis, potenciais concorrentes seus na produção e na importação, além do setor de biocombustíveis. Pode também provocar prejuízos aos seus acionistas. Perdem a União, majoritária, e os acionistas minoritários, isto é, milhares de indivíduos e empresas que investiram suas poupanças na empresa.

Temos um paradoxo. O mesmo governo que valoriza o papel do setor privado, pode contribuir, inadvertidamente, para a falência de empresas que se dedicam a cumprir o papel estratégico atribuído pelo Estado. A nova política de preços dos derivados de petróleo permitiu à Petrobrás refazer-se dos prejuízos, enquanto os produtores de etanol se livraram do desaparecimento. A Petrobrás não divulgou a regra de fixação dos preços da gasolina em paridade com as cotações internacionais, mas sua lógica tem sido fundamental para dar segurança aos agentes que operam no setor e, mais do que isso, estimular investimentos.

Apesar da correção dessa política, importadores de combustíveis questionam a Petrobrás no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Alegam que a companhia tem descumprido a paridade, vendendo combustíveis no mercado interno a preços inferiores aos vigentes no mercado internacional. Além do prejuízo à concorrência, praticar preços abaixo dos vigentes no mercado pode acarretar fuga de potenciais compradores de ativos da Petrobrás, prejudicando o plano de saneamento da empresa e, mais uma vez, seus acionistas.

Nesta hora atípica, é importante preservar as regras para evitar mais dúvidas num cenário repleto de incertezas. Espera-se que a Petrobrás garanta a manutenção da política de acompanhamento dos preços internacionais do petróleo e não sucumba a eventuais objetivos políticos. O ideal seria lançar mão legitimamente da Cide para resolver a atual falha de mercado, o que o governo prefere não fazer. Preservaria os incentivos de mercado ao etanol e ganharia arrecadação, importante neste momento. Se sucumbir, eventualmente, ao populismo na política de preços da gasolina, pode criar uma situação de crise para a qual não contribuíram os produtores de etanol, que continuam se dedicando a bem gerir suas empresas.

Em economias de mercado, como a perseguida nos anos recentes, a previsibilidade de regras é fundamental para nortear expectativas e decisões de investir. Neste momento é preciso separar a relação entre regras de mercado e as ações de política pública que se justifiquem nas circunstâncias. Na área de combustíveis pode haver a exploração do poder de mercado, decorrente do quase monopólio da Petrobrás. Também pode haver condutas para excluir concorrentes, sejam eles produtores ou importadores de gasolina, bem assim produtores de combustíveis renováveis como o etanol. O Estado precisa exercer

o papel de redobrada vigilância no combate a abusos de poder de mercado, na fiscalização e na regulação da atividade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/06/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES, ANNE WARTH, CYNTHIA DECLOEDT E TALITA NASCIMENTO

Título: » Zero.

Coluna do Broadcast

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve abater, do reajuste da Cemig, o PIS/Cofins pago a mais pelos consumidores entre 2008 e 2011. O montante pode até mesmo anular o aumento tarifário da companhia neste ano e diluir o previsto para 2021. O órgão regulador deve julgar o processo em reunião extraordinária hoje.

» Por quê? A Cemig entrou na Justiça e questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins. O processo levou anos, mas a elétrica venceu no ano passado, pois a Justiça considerou um caso de bitributação. Parte do dinheiro pago pelos consumidores durante esse período foi depositado pela Cemig em uma conta judicial. Assim, o reajuste pode não acontecer porque o depósito judicial servirá pra pagar o aumento de preço a que ela teria direito.

» Tem mais. O caso deve ter repercussões bilionárias ao setor elétrico, pois a sentença transitou em julgado e tem efeito retroativo a 2003. Além dos recursos depositados, a Cemig acumulou crédito tributário de R\$ 4,8 bilhões durante os anos em que o PIS/Cofins foi recolhido a maior.

O caso está sob relatoria do diretor Efraim Pereira da Cruz. A demanda pela devolução expressa dos recursos foi um apelo do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/06/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Redução no preço do gás puxa investimentos de até US\$ 31 bi

A indústria aposta na redução no preço do gás natural para garantir tração à retomada do setor. Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta que uma redução de 50% no valor do insumo permitirá atingir investimentos

anuais de US\$ 31 bilhões em 2030. O levantamento também apurou que a demanda poderá triplicar, se o valor do combustível cair dos atuais US\$ 14 por milhão de BTUs (MMBtu) para US\$ 7 MMBtu.

A proposta de abertura do mercado do gás será essencial, sobretudo, para os segmentos industriais energo-intensivos, como as indústrias químicas, de cerâmica, de vidros, de alumínio e as siderúrgicas. De acordo com Juliana Falcão, especialista em energia da CNI, esses setores perderam participação na balança comercial desde que o preço do insumo disparou. “Hoje, são deficitárias e poderão voltar a ter superavit se o preço do gás se tornar competitivo”, explicou.

Segundo ela, o estudo avaliou o potencial impacto econômico e energético da redução, à metade, do preço do gás para esses segmentos, que consomem 80% de toda demanda da indústria. “O levantamento foi feito antes da pandemia, por isso são dados do ano passado. Mas as premissas se mantêm, porque é um estudo de longo prazo”, ressaltou.

Juliana explicou que a alta do preço do gás foi fator preponderante para a perda de competitividade da indústria brasileira. “O estudo mostra que haverá demanda, com potencial de investimento de R\$ 150 bilhões (valor convertido) em 2030. Além disso, o gás mais barato pode substituir insumos mais sujos, como carvão e óleo (diesel), e ajudar no controle das emissões de gases de efeito estufa, pois é a principal fonte energética para a economia de baixo carbono”, assinalou.

A especialista destacou que o gás também é usado como matéria-prima. “Na fabricação de fertilizante, o gás natural pode representar custo de até 80%. O Brasil produzia muito mais antes da alta do preço. Agora, importa 70%, por conta do custo proibitivo da matéria-prima”, explicou.

Mas, para que todo o cenário traçado pela CNI se torne realidade, é preciso que o Congresso vote o substitutivo do PL 6.407, de 2013, que trata do novo marco legal do gás. “O atual governo veio com um novo programa, mas a base dele já vem sendo discutida desde 2016, quando a Petrobras começou a sinalizar que venderia ativos, com a quebra do monopólio”, afirmou. O texto do substitutivo foi aprovado na Comissão de Minas e Energia no ano passado.

Oportunidade

Com as reservas de gás natural do pré-sal, o Brasil está diante de uma grande oportunidade. “Precisamos voltar a discutir este texto, que já tem pedido de urgência para ser votado em plenário, basta o presidente da Câmara (Rodrigo Maia) colocar em pauta. Como o Congresso está votando o marco do saneamento, que também pode alavancar investimentos importantes,

acreditamos que o marco do gás poderá contribuir para a retomada da economia”, salientou.

Segundo Juliana, a pandemia mostrou a necessidade de o país apostar numa reindustrialização para não fugir da dependência de outros mercados. “Os números mostram que, se o preço cair em 50%, teremos superavit na balança comercial em 2030”, reiterou. (SK)

MME / ASCOM .